



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



Escola de
Planejamento,
Governança e Gestão

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2018.



IDENTIFICAÇÃO

Instituição

Escola de Planejamento, Governança e Gestão

Endereço – Av. Borges de Medeiros, 1501 – 20º andar

CEP: 90020-020 - Porto Alegre - RS

Site: <http://escolaplanejamento.rs.gov.br>

E-mail: escola@spgg.rs.gov.br

Telefone:(51) 3288.1549

Conselho Técnico e Educacional

O Conselho é presidido pelo Secretário de Estado do Planejamento, Governança e Gestão e composto pelos seguintes integrantes:

Alba Conceição Marquez dos Santos - DMC

Alexandre Rovinski Almoarqueg - DTIC

Antônio Paulo Cargnin - DEPLAN

Herbert Klarmann - DOF

Margareth Vasata Macchi Silva - DECAP

Melissa Guagnini Hoffmann Custódio - DMR

Vania Elisabete P Caetano - DA

Clayton Brito Borges - ASTGI

Lucas Barroso - ASCOM

Tomás Holmer Santos - ASJUR

Rafael da Cunha Ramos – UCPPP

Irma Carina Brum Macolmes

Joseane Toebe

Direção

Alba Conceição Marquez dos Santos - de 13 de março a 31 de dezembro de 2018.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. COORDENAÇÃO	5
3 FINALIDADE DOS CURSOS	5
4 PERFIL DO INGRESSANTE	6
5 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA	6
6 OBJETIVOS	7
7 ÁREAS DE CONHECIMENTO	8
8 PROPOSTA PEDAGÓGICA E CURRICULAR	9
8.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA	9
8.2 ESTRUTURA CURRICULAR	10
9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	17
10 RECURSOS	18
10.1 RECURSOS HUMANOS	18
10.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS E PEDAGÓGICOS	18

1 APRESENTAÇÃO

A Escola de Planejamento, Governança e Gestão criada, em 21 de fevereiro de 2018, pelo Decreto Estadual nº 53.929, tem por objetivos promover conhecimentos específicos nas áreas de interesse da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) com foco no cotidiano de trabalho; propiciar aos servidores cursos e estudos em caráter contínuo e permanente; capacitar agentes públicos nas áreas de planejamento, governança e gestão governamental; estimular a pesquisa técnico-científica entre os servidores da Secretaria; e desenvolver programas de ensino interdisciplinares e integrados entre os diversos setores e processos de trabalho da Secretaria.

A Secretaria desempenha atividades atinentes a toda a sistemática de planejamento, orçamento e gestão, desde a elaboração, análise e avaliação de políticas, planos, programas e projetos para o Rio Grande do Sul, a fim de que dar suporte na busca da satisfação das necessidades da sociedade mediante a execução qualificada de um conjunto diversificado de ações. E, esse conjunto de ações que competem à Secretaria envolve, consoante a Lei nº 14.984, de 16 de janeiro de 2017:

- a) coordenar e gerenciar as atividades e os atos de gestão do Governo;
- b) atuar de forma intersetorial nas diversas áreas do Governo;
- c) analisar e avaliar técnica e operacionalmente os projetos, programas e ações do Governo, mediante a fixação de metas e indicadores;
- d) acompanhar a execução dos atos de Governo, por meio de estrutura técnica setorial nas áreas definidas por regulamento, e monitorá-los com o intuito de aumentar a transparência na gestão, tendo como meta o adequado e eficaz uso dos recursos públicos;
- e) coordenar os atos vinculados à iniciativa de programas e projetos das parcerias com o setor privado e outros órgãos governamentais;
- f) coordenar a elaboração e exercer o monitoramento dos Planos Regionais de Desenvolvimento, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
- g) promover estudos e pesquisas socioeconômicos, produzir e analisar estatísticas e dados;

- h) coordenar as atividades da Consulta Popular e a relação com os Conselhos de Desenvolvimento Regionais – COREDES;
- i) coordenar a elaboração de projetos e ações para captação de recursos visando ao financiamento de políticas públicas em áreas prioritárias do Estado;
- j) fortalecer a relação com os municípios e com as regiões do Estado, mediante a parceria na elaboração e assessoria técnica a projetos específicos e regionais;
- k) coordenar o planejamento territorial e estabelecer políticas de desenvolvimento regional, identificando as vocações dos municípios e das regiões do Estado, bem como o desenvolvimento das regiões metropolitanas, municípios e aglomerações urbanas;
- l) formular e coordenar a execução das políticas relativas à Geografia e à Cartografia, com ênfase na promoção do adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e usos dos dados espaciais;
- m) acompanhar a execução dos projetos prioritários do Governo e seus resultados;
- n) coordenar a elaboração de estudos e do planejamento global de longo prazo do Estado do Rio Grande do Sul;
- o) promover a regulação dos serviços públicos delegados prestados ao cidadão;
- p) aprimorar os mecanismos de mobilidade urbana nas regiões metropolitanas, visando a compatibilizar os investimentos do setor público e as diferentes modalidades para agregar qualidade à mobilidade coletiva;
- q) elaborar e implementar políticas públicas para otimizar a mobilidade urbana, em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 12.587, de 3 de janeiro de 2012; e
- r) promover a articulação com os demais órgãos de Governo, a fim de orientar a elaboração dos planos municipais de mobilidade urbana.

Para tanto, é imprescindível a existência de quadros profissionais qualificados que dominem os aspectos teóricos e práticos desse rol de competências, assim como sejam capazes de servirem como ferramentas para mudança social, econômica e política do Estado.

O presente PPP possui dentre seus objetivos o de auxiliar na implantação de uma gestão de recursos humanos focada na qualificação do servidor; e desenvolver conhecimentos específicos e habilidades gerenciais voltadas à formulação, implementação e avaliação de

políticas públicas estaduais; além de promover a qualificação dos profissionais com vistas ao desenvolvimento da função planejamento e gestão governamental.

2 COORDENAÇÃO

A coordenação do Projeto competirá à Diretoria da Escola de Planejamento, Governança e Gestão, a qual tem por incumbência a coordenação do planejamento, da execução e avaliação das atividades de formação técnica, tais como cursos, treinamentos, seminários, congressos e outros eventos análogos.

3 FINALIDADE DOS CURSOS

A atuação na área planejamento, governança e gestão governamental envolve predominantemente dois fatores: a inteligência e a estratégia como suporte à formulação e à implementação de políticas públicas nos diversos setores da sociedade. O conhecimento necessário muito depende da formação do capital humano, que se constitui no alicerce para o atendimento dos grandes problemas da sociedade, em todas as áreas.

Pretende-se, com a instituição deste Plano para formação continuada, colaborar na atuação dos profissionais frente aos problemas e mudanças da sociedade, abrindo-se novos espaços e responsabilidades aos mesmos, com uma sólida formação teórica e prática que dialogue com os diferentes paradigmas da realidade social.

4 PERFIL DO INGRESSANTE

Não há uma pré-definição do perfil para o ingressante. Com a instituição do presente PPP pretende-se qualificar o profissional que atua na área de planejamento, governança e gestão governamental, objetivando que o mesmo possua um conjunto de conhecimentos que o auxilie no entendimento da complexidade da dinâmica que envolve os instrumentos desta área de atuação.

Assim, o profissional terá condições plenas de:

- a) Executar atividades técnicas específicas do sistema de planejamento, orçamento e gestão;
- b) Ser competente e comprometido com a elaboração, análise e avaliação de planos, programas e projetos do Setor Público, que visem ao desenvolvimento do Estado;
- c) Estar apto a pesquisar, diagnosticar, propor planos e programas de ação visando à fixação de prioridades para a aplicação de recursos econômicos;
- d) Estar capacitado para elaborar, coordenar, executar e avaliar programas e projetos nas diferentes políticas públicas, assumindo funções de assessoria, planejamento e gestão.

Por fim, o presente Projeto Pedagógico apresenta um conjunto de atividades básicas com vistas a garantir o perfil desejado dos profissionais, de modo a fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição dos conhecimentos necessários e qualificar a função planejamento governamental no Estado do Rio Grande do Sul.

5 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Para atingir a plenitude do desenvolvimento das competências da área de planejamento governamental do Estado do Rio Grande do Sul há necessidade de uma ampla qualificação para os profissionais que nela atuam, com vistas a dar suporte à formulação e à implementação de políticas públicas nos diversos setores da sociedade. Em assim sendo, a capacitação dos profissionais se constitui em um dos principais instrumentos para o desenvolvimento dos recursos humanos da área de planejamento, governança e gestão

governamental, área que exerce um significativo papel na busca da melhoria dos serviços prestados à sociedade.

As ações de capacitação existentes, promovidas pelos órgãos públicos, em geral, ocorrem de forma casual, sem planejamento prévio, e sem conhecimento das necessidades de capacitação dos servidores frente às suas formações acadêmicas e as competências institucionais. Nesse sentido, a elaboração de um Plano Pedagógico constitui-se em um instrumento imprescindível para a promoção das ações de capacitação dos profissionais que atuam na área.

Pretende-se, com a instituição deste Projeto Pedagógico, preencher as lacunas existentes entre as formações dos servidores e as necessidades de qualificação especializada para o pleno desempenho das competências da Instituição.

6 OBJETIVOS

Os objetivos do Projeto Político Pedagógico são:

- a) Formar os servidores da SPGG e do Poder Executivo Estadual com uma sólida base teórica e prática, que os habilite a compreender e intervir no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas estaduais, ou seja, na melhoria dos processos de planejamento, orçamento e gestão do Setor Público do Rio Grande do Sul.
- b) Formar os servidores da SPGG e do Poder Executivo Estadual para produção de conhecimentos científicos relacionados às políticas públicas estaduais.
- c) Formar profissionais para ter-se excelência na área de planejamento, governança e gestão governamental.
- d) Formar profissionais para torna-los capazes de uma atuação interdisciplinar e transversal qualificada, eficiente e competente na interface das políticas públicas.

7 ÁREAS DE CONHECIMENTO

Quanto às áreas do conhecimento, a formação pretendida objetiva que o servidor seja capacitado para atuar desde o planejamento, a gestão e a execução de políticas, programas e projetos públicos nas áreas de desenvolvimento social, econômico, infraestrutura e gestão pública.

A Área de **Desenvolvimento Social** abrange os setores da educação; saúde; desenvolvimento cultural; segurança pública; promoção dos direitos humanos nas áreas da infância, juventude, família, da pessoa idosa, da igualdade étnica e racial, da pessoa com deficiência ou altas habilidades, da população indígena e de outras categorias de pessoas socialmente vulneráveis ou em situação de risco social; combate à discriminação racial, de gênero, de orientação sexual e de toda forma de violência por intolerância; direitos do consumidor; trabalho, geração de renda e qualificação profissional; assistência social; esporte; políticas transversais; habitação de interesse social; desenvolvimento urbano; regularização urbana e fundiária; e saneamento básico.

A Área de **Desenvolvimento Econômico** integra questões pertinentes à promoção do desenvolvimento do setor produtivo em todos os seus níveis, ciência e tecnologia, agropecuária e pesca. Já, a Área de **Infraestrutura e Logística** envolve políticas, planos, programas e projetos dos setores de transporte, energia, mineração, comunicações, obras, recursos hídricos e meio ambiente. E, na Área de **Gestão Pública** estão as políticas, programas e projetos que envolvem o planejamento e a gestão governamental; a administração tributária e financeira; compras; patrimônio; recursos humanos; organização administrativa; previdência e a assistência social do servidor público e seus dependentes; atividades de trânsito; e tecnologia da informação.

8 PROPOSTA PEDAGÓGICA E CURRICULAR

8.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA

O processo pedagógico a que se propõe este PPP está amplamente fundamentado na relação educador e educando, tendo por base o respeito e a interação. E, para que haja um bom desenvolvimento neste processo de ensino-aprendizagem é necessário o comprometimento das partes envolvidas. Assim, partindo-se da premissa de que o educando é o protagonista de seu processo de aprendizagem e o educador o seu mediador, o aproveitamento do educando dependerá muito de sua responsabilidade, disciplina, motivação e esforços, visto que a ele cabe buscar e ampliar as informações, indo além dos conteúdos apresentados.

No outro polo da relação está o educador que necessita ser, além de organizador dos conteúdos básicos, pesquisador e o responsável pela comunicação do educando no processo de ensino-aprendizagem. Mas, acima de tudo, deve atuar na motivação do educando para que o mesmo se empenhe na busca do conhecimento. É importante que o educador seja comunicativo, qualificado, pesquisador dos conteúdos, tenha domínio de ferramentas de tecnologia e disponibilidade para o atendimento aos educandos.

Os cursos para formação continuada observarão uma base inicial de conteúdos pré-definidos, as formações iniciais dos profissionais a serem qualificados e uma construção coletiva dos conteúdos com a participação dos dois polos da relação educacional. A metodologia a ser adotada pode variar de aula expositiva/participativa presencial ou ensino à distância ou mista.

As atividades desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem deverão ocorrer de forma integrada e com a participação do educador e educando, enfatizando sempre a multidisciplinaridade das áreas de conhecimento.

8.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura e os componentes curriculares propostos são apresentados a seguir:

I. MÓDULO GESTÃO PÚBLICA

a) Administração Pública

SÚMULA: Estudo dos fundamentos da Administração Pública; princípios constitucionais; e conhecimento aprofundado da estrutura do Poder Executivo Estadual, incluindo histórico e situação atual; visão sistêmica do funcionamento do o Poder Executivo Estadual. Carga horária 20 horas.

b) Avaliação do Desempenho do Setor Público.

SÚMULA: Estudo dos fundamentos da avaliação de desempenho no setor público; medidas de eficiência na gestão dos recursos públicos (modelos); gerenciamento do desempenho institucional (indicadores, monitoramento e avaliação de resultados); instrumentos para contratualizar e monitorar o desempenho institucional; gerenciamento de processos de trabalho. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

c) Licitações

SÚMULA: Estudo do procedimento licitatório; princípios e definições; modalidades e tipos de licitação; homologação e adjudicação; revogação e anulação; recurso; dispensa e inexigibilidade; sanções administrativas e penais; e licitação com recursos internacionais. Carga horária 30 horas

d) Contratos Administrativos

SÚMULA: Estuda as noções gerais referentes aos contratos administrativos, desde a formalização, cláusulas necessárias, garantias, subcontratação, prazo contratual, alterações no contrato, execução do contrato, fiscalização e sanções administrativas. Carga horária 20 horas

e) Controle na Administração Pública

SÚMULA: Estuda noções gerais sobre o controle do Estado – jurisdicional, legislativo e administrativo; controle interno – conceituação, finalidade, princípios e processo de controle interno administrativo; e controle externo - regras constitucionais; funções, natureza jurídica e eficácia das decisões do Tribunal de Contas. Carga Horária: 16 horas.

f) Controle Social

SÚMULA: Estuda noções gerais sobre o controle social na Administração Pública, incluindo a participação social na área de planejamento governamental. Carga Horária: 8 horas

g) Servidor Público

SÚMULA: Estuda o servidor público na Constituição Federal e na Estadual e o Estatuto do Servidor Público Estadual – Lei Complementar nº. 10.098/94. Carga horária 12 horas.

II. MÓDULO POLÍTICAS PÚBLICAS

a) Políticas Públicas

SÚMULA: Estudo dos conceitos gerais de políticas públicas; formulação, análise, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas e indicadores. Carga horária 40 horas

b) Políticas Públicas da Área de Desenvolvimento Econômico

SÚMULA: Estudo dos princípios básicos que envolvem a promoção do desenvolvimento do setor produtivo em todos os seus níveis, ciência e tecnologia, turismo, recursos hídricos, meio ambiente, agropecuária, pesca e meio ambiente. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

c) Políticas Públicas da Área de Desenvolvimento Social

SÚMULA: Estudo dos princípios básicos que envolvem os setores da educação; saúde; desenvolvimento cultural; segurança pública; promoção dos direitos humanos nas áreas da infância, juventude, família, da pessoa idosa, da igualdade étnica e racial, da pessoa com

deficiência ou altas habilidades, da população indígena e de outras categorias de pessoas socialmente vulneráveis, ou em situação de risco social; combate à discriminação racial, de gênero, de orientação sexual e de toda forma de violência por intolerância, direitos do consumidor; trabalho, geração de renda e qualificação profissional; assistência social; esporte; políticas transversais; habitação de interesse social; desenvolvimento urbano; regularização urbana e fundiária; saneamento básico. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

d) Políticas Públicas para a Área de Gestão Pública

SÚMULA: Estuda as políticas, programas e projetos que envolvam o planejamento governamental; a administração tributária e financeira; compras governamentais; patrimônio; recursos humanos; organização administrativa; previdência e a assistência social do servidor público e seus dependentes; atividades de trânsito; e tecnologia da informação. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

e) Políticas Públicas da Área de Infraestrutura e Logística

SÚMULA: Estudo dos princípios e instrumentos que envolvem políticas, planos, programas e projetos voltados às questões de transporte, energia, mineração, comunicações e obras. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

f) Avaliação de Políticas Públicas

SÚMULA: Estuda conceitos gerais de avaliação de políticas públicas. Importância da avaliação. Métodos mais comumente utilizados. Planejamento da avaliação. Exemplos de aplicação. Carga Horária: 40 horas

g) Elaboração dos Planos Plurianuais

SÚMULA: Estuda planejamento governamental. Histórico do planejamento governamental no Brasil. PPA: objetivos, legislação e etapas de elaboração. Integração entre o PPA e os demais instrumentos de planejamento governamental. Base estratégica do PPA. Método para

elaboração de programas. Indicadores. Regionalização dos produtos e metas. Participação da sociedade. Acompanhamento do PPA. Revisões. Prestação de contas.

Carga Horária: 40 horas

III.MÓDULO FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

a) Financiamento de Políticas Públicas

SÚMULA: Estudo das formas de financiamento das políticas públicas, incluindo captação de recursos nacionais e internacionais e elaboração de projetos para esta finalidade. Carga horária 40 horas.

b) Parceria Público-Privada (PPP)

SÚMULA: Estudo sobre os aspectos que envolvem as parcerias público-privadas: marco legal; desenho de riscos associados; instrumentos de medição e avaliação; metodologia *value for money* – redução de custos e ganhos de eficiência oriundos de PPPs; refinanciamento, renegociação do contrato e gestão de conflitos; metodologia de análise da viabilidade econômica e financeira; riscos fiscais e impacto; fundos garantidores; fundos pagadores. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

c) Avaliação Econômico-Financeira de Projetos

SÚMULA: Estudo da modelagem econômica e financeira de projetos financiados mediante operações de crédito nacionais e internacionais. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

d) Termos de Referência / Projeto Básico

SÚMULA: Estudo sobre os aspectos que envolvem a elaboração de termos de referências como aspectos legais, definição do objeto, justificativa, responsabilidades das partes, estimativa de custos, cronograma físico-financeiro, condições de recebimento, prazo de execução, gerenciamento e fiscalização. Carga horária 16 horas

e) Convênios

SÚMULA: Sistema Estadual de gestão de Convênios. Estudo das regras gerais para celebração de convênios, requisitos de celebração; formalização, alterações e publicação, liberação de recursos e cronograma físico-financeiro; execução, prestação de contas e rescisão de convênios; principais problemas na celebração e acompanhamento dos convênios. Carga horária 40 horas.

f) Parcerias com a Administração Pública Estadual

SÚMULA: Estudo das regras gerais para celebração parcerias; Fundamentos das Parcerias entre a Administração Pública Estadual e as Organizações da Sociedade Civil; propostas de parcerias; prestação de contas e procedimentos no Sistema de Finanças Públicas do Estado.

IV.MÓDULO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

a) Planejamento Estratégico

SÚMULA: Estuda os conceitos e ferramentas para formulação e implementação do planejamento estratégico; Planejamento Estratégico Situacional; marco lógico; e técnicas de condução de planejamento estratégico organizacional; planejamento estratégico público. Carga horária 40 horas.

b) Planejamento estratégico aplicado ao setor público

SÚMULA: Métodos e instrumentos de planejamento estratégico utilizados no setor público. Análise situacional, visão de futuro, objetivos estratégicos, missão, negócio, valores e ações. Metas e indicadores. Carga Horária: 30 horas

c) Planejamento Territorial e Regionalização de Políticas Públicas

SÚMULA: Estuda Conceitos, métodos e instrumentos de planejamento territorial e desenvolvimento regional. A evolução da ciência regional. O planejamento territorial no Brasil e no Rio Grande do Sul. O papel do Estado, marco legal, instrumentos de análise territorial e desenvolvimento regional. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

d) Programas e Projetos

SÚMULA: Estudo englobando o planejamento, a elaboração, análise, avaliação e gestão de programas e projetos públicos; metodologias e ferramentas de elaboração, monitoramento e avaliação de programas e projetos; e gerenciamento de projetos. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

e) Orçamento Público

SÚMULA: Estuda a integração entre os instrumentos de planejamento; apuração do déficit público; processo de formulação (fases, estrutura programática, previsão de receitas, fixação das despesas, análise das propostas, consolidação e formalização do projeto de lei orçamentária); programação orçamentária; alterações orçamentárias; créditos adicionais - classificação, formas de abertura, fontes de recursos e execução; processo de solicitação de alterações orçamentárias. Carga Horária 60 horas

f) Gestão Orçamentária

SÚMULA: Estudo dos conceitos básicos, princípios e aspectos legais do orçamento público; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); aspectos fiscais na gestão do orçamento; classificação Orçamentária. Carga horária: 30 horas

g) Receita Orçamentária

SÚMULA: Estuda os conceitos, estágios e classificação da receita pública; formas de financiamento do gasto público; modalidades de ingresso; aspectos da política fiscal e do processo orçamentário; tipos de receita; estimativas de receitas - técnicas de modelagem e construção de modelos de projeção. Carga horária 40 horas

h) Despesa Pública

SÚMULA: Estuda os conceitos, estágios e classificação das despesas pública; programação quantitativa da despesa; elaboração de plano de trabalho e seu detalhamento. Carga horária 20 horas

i) Programação Financeira

SÚMULA: Estuda os conceitos de programação financeira; contingenciamento; formas de execução; limites de empenho e de pagamento; elaboração do cronograma de desembolso; causas do desequilíbrio entre o planejamento e a execução, formas de ajustes e problemas encontrados. Carga Horária 16 horas

j) Processo Legislativo Orçamentário

SÚMULA: Estuda o processo legislativo orçamentário na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, envolvendo Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Carga horária 8 horas

k) Noções de Contabilidade Pública

SÚMULA: Estuda noções básicas de contabilidade pública - conceito, objeto, patrimônio, plano de contas, técnicas contábeis; princípios fundamentais de contabilidade pública; e demonstrações contábeis. Carga horária 20 horas

l) Lei de Responsabilidade Fiscal

SÚMULA: Estudo detalhado de todos os regramentos que da Lei de Responsabilidade Fiscal. Carga horária 16 horas

V. MODULO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

a) Tecnologia da informação e Comunicação

SÚMULA: Estudo das ações que envolvem a Política de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo seu planejamento, padrões de governança, implementação da

Política, sistemas informacionais, governo ABERTO. Carga horária a ser definida conforme a temática específica a ser estudada.

VI.MÓDULO TEMAS DIVERSOS

a) Elaboração de Indicadores

SÚMULA: Estuda conceitos e classificação de indicadores. Propriedades dos indicadores. Tipos de indicadores. Construção e Seleção de Indicadores. Exemplos de aplicação.

Carga Horária: 30 horas

b) Redação Técnica

SÚMULA: Estudo sobre redação técnica envolvendo o desenvolvimento de textos e a elaboração de pareceres e relatórios; e relatórios gerenciais. Carga horária 12 horas.

VII.MÓDULO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

SÚMULA: Estuda o desenvolvimento de habilidades voltadas à negociação, mediação, liderança e gestão de pessoas, consultoria interna, trabalho em equipe, administração e gestão do tempo, técnicas de reuniões, marketing público e pessoal, desinibição e oratória, administração de conflitos, relacionamento interpessoal. Carga horária a ser definida conforme a habilidade a ser estudada.

As cargas horárias previstas são referenciais, podendo sofrer alteração.

9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem priorizará os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, dando ênfase ao levantamento das dificuldades dos alunos e à busca de soluções para saná-las. Desse modo, antes de se iniciar o processo de ensino-aprendizagem

deverão ser identificadas as dificuldades e as habilidades dos educandos. No decorrer dos cursos realizar-se-á um processo avaliativo com vistas à verificação do atingimento dos objetivos pretendidos com o desenvolvimento das atividades propostas. Para tanto, serão adotados mecanismos que informem ao docente e ao aluno o rendimento com o processo de aprendizagem e as dificuldades encontradas para fins de correção e determinação do grau de domínio do educando na temática estudada.

O processo será constantemente avaliado nas duas vertentes da relação educacional. No tocante ao educando, haverá uma verificação, em conjunto com o educador, para verificação de seu aproveitamento, com base na realização de estudos de caso, podendo ser adotadas outros meios avaliativos, como provas escritas, caso haja necessidade. De outro lado, quanto ao educador, haverá uma avaliação de sua atuação pelo educando para verificação de sua habilidade na transmissão dos conteúdos básicos definidos. As avaliações do docente visam promover o aprimoramento do seu trabalho e serão apreciadas pela Diretoria da Escola.

10 RECURSOS

10.1 RECURSOS HUMANOS

Para a implementação dos cursos de formação será necessária a participação de professores com a titulação mínima de Especialização. Estes profissionais, além do domínio da temática a ser estudada, deverão ter experiência profissional na área pública de, no mínimo 03 (três anos), nos campos de ação profissional e de políticas específicas.

10.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS E PEDAGÓGICOS

A infraestrutura física, recursos materiais e pedagógicos serão planejados e disponibilizados de acordo com o projeto do curso a ser ministrado. Esta previsão será encaminhada à Diretoria da Escola para encaminhar para avaliação e aprovação.



A organização de todo o material didático a ser oferecido nos cursos competirá ao educador, que deverá priorizar a exposição clara e instigadora, de modo que o educando não se contente em resumir seus estudos apenas no material ofertado.